



ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Registramos e agradecemos a presença da vereadora Flávia, querida vereadora do município de Sonora. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e deputadas. *"Ata da Sexta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Seis da Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 10, 18, 28 a 31 e 59/2024, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 19/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 139/2024, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 327 e 328/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofícios nºs 54, 69, 77, 78 e 79/2024, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Junior Mochi, Pedro Kemp, Paulo Corrêa, Zeca do PT, Antonio Vaz, Pedrossian Neto, Lidio Lopes e Professor Rinaldo. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Gleice Jane, Neno Razuk, Zé Teixeira e Mara Caseiro. **GRANDE EXPEDIENTE** - Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 328/2023, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 232/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 239/2023, de autoria do deputado Gerson Claro; Projeto de Lei nº 275/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Abilio Diniz; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Marcy Garcia Martins; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada ao ex-governador Reinaldo Azambuja, por ter sido agraciado pela Câmara Federal com a concessão da Medalha do Mérito Legislativo, como reconhecimento pelo trabalho desempenhado à frente do Poder Executivo de Mato Grosso do Sul por oito anos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à tenente-coronel Marlise Helena Ribeiro Bernardes Barros, primeira mulher a comandar o maior e mais antigo grupamento dos bombeiros do estado, o 1º Grupamento de Bombeiro Militar (GBM), sediado em Campo Grande, em uma cerimônia*



marcante, realizada no dia 26 de janeiro de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Regina Maria Duarte, por sua eleição à presidência do Fórum Nacional dos Conselhos de Trânsito (Focotran), para o biênio 2024-2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada ao prefeito de Água Clara, pelo aniversário do município; requerimento de moção de repúdio, de autoria do deputado Coronel David, à apresentação da Escola de Samba Vai-Vai, do município de São Paulo, que, no desfile de escolas de samba de 2024, apresentou a figura da polícia demonizada e enalteceu a bandidolatria em seu enredo; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Rafael Tavares, Caravina, Gleice Jane e Lia Nogueira; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 18 de março de 2024, das 7h30min às 18h, para a realização do 'V Seminário Estadual da Água'; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 27 de março de 2024, das 18h às 21h, para a realização da entrega da Medalha e Diploma de Honra ao Mérito Legislativo às mulheres membras das Associações de Mulheres de Negócios Profissionais-BPW do Estado de Mato Grosso do Sul; indicações, de autoria dos deputados Zeca do PT, Lidio Lopes, Lucas de Lima, Junior Mochi, Lia Nogueira, Gleice Jane, Neno Razuk, Rafael Tavares, Caravina e Renato Câmara. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro" Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Expediente da Sessão Ordinária do dia 22 de fevereiro de 2024: Ofício nº 128/2024, Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando o pedido de informações relativo à Reclamação Trabalhista nº 0025234-69.2023.5.24.0006; Ofício nº 09242116220238120001/CPE (RKR), encaminhado à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul pelo Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, relativo ao Processo Judicial de mesmo número. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, demais colegas parlamentares, senhores assistentes, público presente, bom dia! Hoje eu trago algumas proposições. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul), senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando reparos nos reservatórios de água que abastecem os bairros de Reta A1 e Piraretã e o distrito da Nova Porto XV, no município de Bataguassu. A presente indicação atende ao pedido do vereador Cleyton Silva, do distrito de Nova Porto XV. Senhor presidente, eu vou pedir para fazer esta outra indicação de forma verbal, depois minha assessoria encaminha. Eu estava lendo (e um popular que estava aqui há pouco

me abordou para falar desse assunto) sobre os números da dengue aqui em Campo Grande, e os casos estão aumentando. Ano passado, houve mais de 17 mil casos em todo o Brasil; mas não é diferente aqui em Campo Grande. Em 2023, militares do Exército foram capacitados para auxiliar a prefeitura no trabalho de prevenção à dengue. Agora, com esta indicação, solicito que a prefeitura acione novamente os militares, para que eles a auxiliem no combate à dengue novamente, evitando que esses números se tornem tão alarmantes como foram no ano de 2023. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputada Gleice Jane, deputada Lia Nogueira e todos os presentes! Eu acho que todos os colegas deputados receberam um ofício da Associação dos Pescadores Profissionais do Porto Caiuá. Eu faço parte da Frente Parlamentar da Pesca, inclusive sou coordenadora da frente, juntamente com os deputados Zeca, Gleice e outros. Faço questão de ler o ofício. "A Associação de Pescadores do Porto Caiuá vem, através deste ofício, pedir, com gentileza, a atenção dos senhores deputados e deputadas, porque nós pescadores da cadeia produtiva necessitamos muito que os senhores sejam favoráveis à liberação da pesca do dourado, pois essa espécie já se encontra em abundância nos rios do estado de Mato Grosso do Sul e no rio Paraná. Nós pescadores necessitamos da liberação da pesca desse peixe, que é predador e que, futuramente, poderá eliminar outras espécies. Sem mais, agradecemos a atenção de todos." Pois bem. Senhor presidente, hoje nós vamos votar a constitucionalidade da lei referente à proibição da pesca do dourado. A Constituição reza (e por tudo que foi debatido, discutido, inclusive por toda a assessoria jurídica da CCJR) que a matéria é constitucional, que é de competência do Legislativo, uma competência concorrente com o Executivo. Hoje, então, não há o que nos impeça de aprovar o projeto. No entanto, acho que a matéria carece de uma discussão mais aprofundada. Ontem, conversando com o deputado Caravina, que também é da CCJR, e com os outros deputados integrantes da comissão, falamos sobre a importância de o governo fazer um levantamento sobre os benefícios desta lei, haja vista que favorece o repovoamento dos rios. Mas, é preciso ouvir também os pescadores. Há diferenças entre a bacia do rio Paraná e a bacia do rio Paraguai. Por conta disso, é importante que se faça um estudo. Nós temos conversado com o governo, para que possa haver um dispositivo nesta lei que cobre um estudo aprofundado tanto dos impactos benéficos quanto dos maléficos ao meio ambiente, bem como à categoria de pescadores. Aliás, eu acho que este é o grande problema. Eu permito um aparte ao deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Após a votação de hoje, se o projeto for aprovado, ele vai para a Comissão de Agricultura, que vai tratar do tema. Inclusive, o deputado Marcio Fernandes, coautor do projeto, faz parte da comissão. Este é um assunto que podemos levar para lá, ver a possibilidade de coletar informações, emendar, para que, quando o projeto retornar para a votação do mérito, ele volte contendo mais informações, para que possamos subsidiar o debate e a votação da matéria.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Exatamente isso. Agradeço a intervenção, deputado Caravina. Acho que o debate tem de ser feito. Nós temos de ouvir os dois lados, para que possamos tomar a decisão e fazer ou não a reedição desta lei. Quero deixar bem claro que este assunto tem sido debatido, a gente tem conversado com o governo. Hoje, pelo menos um item da pauta está atendido, que foi a realização da primeira reunião com o governo, ano passado, o segmento dos pescadores profissionais foi ouvido, tratamos da constituição do Conpesca, que ainda não foi concluído porque ainda não mandaram os nomes para comporem esse conselho, que é muito importante, porque lá são debatidos os assuntos e ouvidos dos dois lados. Mas eu acredito, como já me disse o André Borges, presidente do Imasul, em março o Conpesca estará funcionando. E lá serão debatidas todas as pautas que foram apresentadas pelo setor, inclusive aqui pela Frente Parlamentar da Pesca. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Jaime Elias Verruck, secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, solicitando estudos no sentido de realizar uma parceria com as Prefeituras de Ivinhema e Angélica, a fim de solucionar o problema de assoreamento do córrego Piravevê. Há muitos anos, os municípios de Ivinhema e Angélica vêm demonstrando preocupação com o assoreamento do córrego. Já foram feitas diversas mudanças no entorno do rio, ampliação da área urbana, aumento no uso do solo, desmatamento e outros fatores, os quais trouxeram vários problemas ao córrego. De acordo com a ONG Ivíbio, estão elencados entre os problemas do córrego Piravevê a destruição dos habitats, desvio do curso do rio, diminuição do volume de água por área, morte e migração de peixes, mudança dos padrões de cheias do rio, mudança do fluxo da água, diminuição da disponibilidade de oxigênio dissolvido e morte de árvores e da vegetação. Dessa forma, solicitamos que o governo do estado faça de um plano multidisciplinar junto as Prefeituras de Ivinhema e Angélica, visando à recuperação do córrego. Outra indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Kátia Sarture Warde, secretária municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, solicitando providências urgentes no sentido de solucionar o acúmulo de fios pendurados nos postes da rua Miguel Bedoglim, no bairro Parque Izabel Gardens. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, demais colegas presentes e pessoas que nos acompanham! A deputada Mara Caseiro leu o ofício da Colônia do Porto Caiuá, e eu recebi demandas de Fátima do Sul, de Miranda, de Coxim e de outras pessoas que não disseram de onde são. Todos solicitam que a gente não vote o projeto hoje, que a gente tenha a preocupação de colocar a ciência à disposição

desse projeto. Então, quero registrar aqui que há uma preocupação com relação aos efeitos que podem vir sobre o meio ambiente por conta dessa legislação. Além disso, quero fazer algumas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópias autônomas ao senhor secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Jaime Elias Verruck, ao senhor secretário executivo da Agricultura Familiar e dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso do Sul, Humberto Melo, e ao senhor diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, Washington William de Souza, para que evidencie esforços para atender à solicitação da comunidade indígena da Aldeia Cerrito, no município de Eldorado, que solicita a destinação de 4 mil metros de canos, a serem utilizados na rede de distribuição de água, e de caixa d'água de 10 mil litros, para a estruturação da rede de distribuição de água proveniente de poço artesiano existente na referida comunidade indígena. A gente vem fazendo um debate desde o ano passado sobre a falta de água nas aldeias e em vários assentamentos. Então, aqui está mais uma solicitação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado requerimento de solicitação de informações ao superintendente da Caixa Econômica Federal, senhor Edson Negri, referentes à Portaria nº 1.248, do Ministério das Cidades. As informações solicitadas são as seguintes: "1 - Além do site oficial do governo e da Caixa Econômica Federal, informações via imprensas e redes sociais, o mutuário será comunicado do seu direito individualmente? 2 - Quando começa a valer o benefício? 3 - Aquele mutuário que ainda não atingiu o pagamento de sessenta parcelas terá o direito atendido? 4 - Quando o benefício cessará? 5 - O direito dos mutuários do Programa Nacional de Habitação Rural será concedido via intra ou diretamente nas agências da Caixa Econômica Federal?" Bem, essas são informações que muitas pessoas têm nos solicitado constantemente, e nós queremos uma resposta oficial da parte da Caixa Econômica Federal. Outro requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópias ao superintendente regional do Dnit do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando a implantação de trevo de acesso, ciclovia nos acostamentos e terceira faixa na BR-376, no trecho compreendido entre a ponte do córrego do Baile, Trevo Escolinha e o Pesqueiro São Rafael, no município de Nova Andradina. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Presidente, colegas parlamentares, públicos que nos acompanha nesta Casa de Leis e público que nos assiste pela TV Assembleia, deputadas Mara Caseiro e Gleice Jane, bom dia! Trago uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, pelos seus quarenta e cinco anos de criação. O TRE-MS foi instalado em sessão solene realizada no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no dia 23 de fevereiro de 1979. E desde que foi fundado, vem consolidando a credibilidade da Justiça Eleitoral em nosso estado, especialmente quanto à efetividade,

transparência e segurança, promovendo a cidadania, com responsabilidade social a todos os cidadãos sul-mato-grossenses. Também trago uma indicação ao governo. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Corrêa Riedel, e ao senhor secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo, solicitando a destinação de recursos para a construção de acostamento na MS-040, no trecho entre os municípios de Santa Rita do Pardo e Brasilândia. A população local relatou-nos o aumento do fluxo de veículos, principalmente pesados, na via, o que tem trazido risco à vida dos que por lá trafegam. O acostamento oferecerá mais segurança aos motoristas e pedestres na localidade. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a destinação de recursos para a substituição da ponte de madeira sobre o córrego Bopei, na zona rural de Cristalina, distrito de Caarapó, por uma ponte de concreto. E vale destacar que este é um projeto que o então governador Reinaldo Azambuja elaborou e efetivou. Mais do que nunca, para que haja maior segurança no escoamento da produção, faz-se necessária, portanto, a substituição dessas pontes de madeira pelas de concreto. E, para finalizar, eu quero aproveitar o momento para agradecer o empenho do governador Eduardo Riedel de ter atendido a solicitação que lhe fiz assim que eu assumi o mandato aqui na Assembleia Legislativa, referente ao recapeamento nos bairros Quarto Plano e Jardim Água Boa, as regiões mais populosas de Dourados. O governo liberou 20 milhões de reais, para que sejam feitas obras de recuperação de toda a malha asfáltica desses dois importantes bairros. Esse foi um compromisso que o governador Riedel, do PSDB, fez não só comigo, mas também com o vice-governador Barbosinha. Nós formalizamos esse pedido na época da campanha eleitoral, e agora o Riedel vai implantar as obras. Semana passada, o secretário de estado de Infraestrutura, Hélio Peluffo, disse que o recapeamento será feito. Agora, portanto, Dourados terá essas importantes vias recapeadas. Era o que eu tinha, presidente. Obrigada.

DEPUTADO NENO RAZUK (PSDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Neno Razuk. Eu vou passar a presidência para o deputado Renato Câmara, por alguns minutos.

DEPUTADO NENO RAZUK (PSDB) — Obrigado, senhor presidente. Na mesma linha da deputada Lia Nogueira, quero agradecer ao governador Eduardo Riedel. O recapeamento das ruas dos bairros Quarto Plano e Jardim Água Bojá era uma promessa de campanha dele. O governador Riedel fez um compromisso com todos os parlamentares desta Casa. Os deputados Lia Nogueira, Renato Câmara e eu apresentamos o pedido de recapeamento das ruas dos referidos bairros. Eu protocolei o pedido aqui na Casa no dia 24 de agosto de 2023. E hoje foi anunciado que os distritos de Água Boa e Quarto Plano receberão 20 milhões de reais para a realização das obras. Então, essa foi uma luta de todos aqui da Casa, de todos os representantes de Dourados, e o governador nos atendeu. Faz parte do nosso trabalho buscar o bem-estar da população. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Parabéns, deputados Neno Razuk e Lia Nogueira, pelo trabalho e por sempre estarem pedindo melhorias para a nossa querida Dourados. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Indico à mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Edison Cassuci, prefeito do município de Angélica, solicitando a implantação de um parque na rua João Cazaroto, no bairro Vila Esperança. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pela senhora Cecília da Silva. Eu gostaria de expressar meu desejo de ver efetivada essa melhoria no ambiente urbano do bairro. As crianças da região necessitam de um espaço de lazer. Acredito que um parque não apenas contribuirá para o desenvolvimento e bem-estar das crianças, mas também promoverá um ambiente mais saudável e integrado à população local. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Pelluffo, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a execução de obras de recapeamento na rodovia MS-436 e na MS-422, no trecho que liga os municípios de Figueirão e Camapuã. Ao longo do tempo, temos observado um aumento significativo dos problemas relacionados ao estado de conservação do asfalto, buracos, desgastes e irregularidades comprometem a segurança dos motoristas e pedestres. As referidas rodovias são essenciais no que tange à mobilidade da população local e ao desenvolvimento da região. No entanto, as condições precárias em que se encontram as vias têm afetado a fluidez do tráfego e aumentado o risco de acidentes. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que acompanham esta Sessão! Eu trago aqui um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a execução de obras de manutenção da rodovia MS-228, no município de Corumbá, no trecho entre a fazenda Conceição e a fazenda Campo Alto. Eu faço este requerimento a pedido do senhor Rafael Nunes Gratão, presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Produtores de Novilho Precoce. Eu tenho, ainda, uma moção de pesar. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar pelo falecimento do amigo Anivaldo Moraes de Almeida, o Nivaldinho, soldado reformado da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, ocorrido ontem, na cidade de Rio Verde. O Nivaldinho foi, além de policial militar, vereador em Rio Verde. Por indicação dele, tive a honra de receber o Título de Cidadão Rio-Verdense. Ele exerceu o cargo de secretário do município e atualmente exercia o cargo de diretor do Detran na

cidade de Rio Verde. Infelizmente um câncer, descoberto a menos de sessenta dias, levou o nosso amigo. Eu apresento, então, senhor presidente, esta moção de pesar, e solicito que Vossa Excelência a transforme em uma moção da Casa, pelos relevantes serviços prestados pelo Nivaldinho não só a Rio Verde, mas também a Mato Grosso do Sul, porque ele sempre foi um homem muito combativo, um líder político, enfim. Ele vai deixar uma lacuna. Em pouco tempo, Rio Verde perdeu duas lideranças políticas, primeiro o nosso saudoso prefeito, e agora o Nivaldinho.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Um aparte.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pois não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero me somar a Vossa Excelência. Só para Vossa Excelência saber, eu também ia encaminhar uma moção aos familiares e amigos do Nivaldinho, um amigo, uma pessoa do bem. Eu gostaria de apensar a minha moção à sua ou de assinar esta com Vossa Excelência.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu pedi ao presidente que transforme a minha, e a sua, se o senhor permitir, numa moção da Casa, deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Acatada a sugestão do deputado Coronel David, para que esta moção de pesar seja encaminhada em nome da Casa aos familiares do querido Nivaldinho, que muito fez pelo nosso estado. Agradecemos aos deputados Coronel David e Paulo Corrêa. Vamos em frente. Agradecemos a presença do senhor Ronaldo Rodrigues, vereador do município de Tacuru; do senhor João Miguel Fernandes, vereador do município Tacuru; da senhora Flávia da Mata Vasconcelos, vereadora do município de Sonora; do senhor Giuliano Delarissa, vereador do município de Paranhos; e dos senhores Anderson Fernandes e Michel Fernandes, também vereadores do município de Paranhos. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e todos que nos prestigiam nesta manhã! Eu quero encaminhar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando que atenda os bairros da nossa cidade com a execução de obras de recapeamento. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a execução do serviço de recapeamento da MS-040, entre o KM 162 e o KM 175, entre os municípios de Campo Grande e Santa Rita do Pardo. Apenas isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Muito bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Renato Câmara! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Eu quero fazer uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit de Mato Grosso do Sul, Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando o serviço de manutenção asfáltica e pintura de sinalização horizontal, bem como poda e roçada no trecho da BR-267 compreendido entre o Porto XV de Novembro e o município de Bataguassu. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações dos moradores que utilizam a rodovia supracitada e que padecem com o seu precário estado de conservação. A BR-267 é uma importante rota de ligação entre o estado de Mato Grosso do Sul e o estado de São Paulo, por onde trafegam diuturnamente milhares de veículos de pequeno, médio e grande porte. O trajeto em questão é, portanto, muito utilizado. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Mais alguém deseja usar a palavra? Não. Então vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 00226/2024). De autoria do deputado Coronel David: quatro indicações (Prot. nºs 00244/2024, 00245/2024, 00251/2024, 00255/2024); um requerimento (Prot. nº 00258/2024); três moções de congratulação (Prot. nºs 00246/2024, 00253/2024, 00254/2024); duas moções de pesar (Prot. nºs 00248/2024, 00256/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 00234/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 00250/2024, 00249/2024, 00247/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 00228/2024, 00229/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00227/2024); um projeto de lei (Prot. nº 0230/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma moção de pesar (Prot. nº 00105/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 00232/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00231/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 00237/2024, 00238/2024, 00239/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: nove indicações (Prot. nºs 00263/2024, 00262/2024, 00261/2024, 00260/2024, 00259/2024, 00257/2024, 00243/2024, 00242/2024, 0241/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nº 00240/2024); um projeto de resolução (Prot. nº 00019/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 00264/2024, 00265/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 00104/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00236/2024); um projeto de lei (Prot. nº 00235/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de aplauso (Prot. nº 00233/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: um requerimento (Prot. nº 00102/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de 30 minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, eu ocupo a tribuna hoje para falar sobre uma pesquisa que saiu semana passada. Segundo o que foi divulgado, 73% da população brasileira não soube citar nenhum programa do governo do presidente Lula que esteja melhorando

a sua vida. A pergunta que foi feita é a seguinte: "Você saberia citar uma ação ou um programa do governo federal, do governo do presidente Lula que tenha gerado algum resultado positivo em sua vida?". Portanto, é importante fazermos um resgate das ações, das políticas que estão sendo implementadas pelo governo Lula, as quais fazem a diferença na vida da população. Porque o governo anterior fez um desmonte, acabou com muitas políticas públicas, principalmente nas áreas sociais, que estendiam a mão para aqueles setores vulnerabilizados da sociedade, que necessitam mais da presença, da ação do Estado, para terem seus direitos básicos de cidadania garantidos. E assim que assumiu seu atual mandato, o presidente Lula já se empenhou no sentido de trazer de volta aqueles principais programas, os quais, nos seus dois primeiros governos, foram responsáveis pelo combate à pobreza, à miséria, à fome no Brasil. O presidente Lula tirou o Brasil do mapa da fome, reduziu os índices de pobreza, garantiu uma maior distribuição de renda para a população, através da política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, com aumentos reais; e agora o governo traz de volta o "Minha Casa, Minha Vida". É importante dizer que o governo Bolsonaro acabou com esse programa. Não houve mais construção de casas populares no Brasil. O Minha Casa, Minha Vida está de volta. Investimentos estão sendo feitos, inclusive aqui em Campo Grande. O "Programa Mais Médicos" está de volta, garantindo assistência médica, atenção básica de saúde nos municípios. O Fies, o novo Fies, está de volta, para garantir o financiamento dos cursos universitários. O governo criou também o "Programa Pé de Meia", uma poupança para os alunos de baixa renda do ensino médio. Os alunos que concluírem o ensino médio, como diz o programa, terão um recurso, uma poupança, para fazerem um investimento, para começarem algum empreendimento. Esta é, inclusive, uma forma de se combater a evasão escolar, que é alta no ensino médio. O governo trouxe de volta o "Programa Farmácia Popular", por meio do qual a população tem o direito de retirar alguns medicamentos gratuitamente nas farmácias... Esse programa havia acabado. O governo traz de volta investimentos na agricultura familiar, crédito para os pequenos produtores, enfim, uma série de programas que foram criados e depois abandonados. E eu fico me perguntando: por que uma parte tão significativa da população brasileira, 70%, não consegue identificar um programa implantado pelo governo Lula que esteja melhorando a sua vida? A economia, hoje, significa a volta do investimento, crescimento econômico, redução do preço dos combustíveis, controle da inflação. Ou seja, a economia está novamente dando sinais de crescimento. O país, de novo, está criando oportunidades para empresários investirem, gerarem empregos. Houve uma redução do desemprego, o menor índice desde 2015. Estamos com 7,7% do povo desempregado, e esse percentual vem caindo. Mas a gente fica se questionando: por que a população não relaciona alguma coisa boa que esteja acontecendo em sua vida com algum programa do governo do presidente Lula? E aí, eu estive observando algumas coisas que acontecem nas prefeituras e nos governos dos estados. Prefeitos e governadores se apropriam dos programas do governo federal, e ninguém dá o devido crédito a ele. Ninguém diz: "Olha, esse programa aqui é do governo Lula." Eu já vi prefeito no interior do estado fazendo evento para inaugurar o novo Bolsa Família. Vejam só, o prefeito reúne os funcionários da prefeitura, faz um evento, faz o cadastramento das famílias, e a população fica pensando que o Bolsa Família é um programa do prefeito. Eu acho isso no mínimo desonesto. Está que nem o ex-governador André Puccinelli, que, certa vez, recebeu um ônibus da presidente Dilma e mandou pintá-lo, para não parecer que o veículo era do governo federal. Isso é desonestidade, minha gente. E aí, deputado Lidio Lopes, eu vou fazer uma reclamação

pública aqui. Ontem, a prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, fez um vídeo, inclusive o governador Eduardo Riedel estava presente, no qual ela estava assinando um contrato com a Caixa Econômica Federal. E no ato ela agradeceu ao governador Eduardo Riedel pelas casas que serão construídas aqui em Campo Grande por meio do "Programa Minha Casa Minha Vida, e não agradeceu ao governo Lula. As pessoas fazem questão de esconder isso.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou permitir. Mas eu estou com o vídeo aqui. Aliás, eu o assisti umas três vezes. E na hora eu disse: mas como? E olhe que a prefeita Adriane Lopes está correndo atrás do apoio do Bolsonaro para se reeleger. O Bolsonaro não construiu uma casa em Campo Grande, e a prefeita quer o apoio dele.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Isso não é verdade.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não. Havia casas que já estavam sendo construídas, casas que ele herdou e depois inaugurou. Eu estou falando do programa dele.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Do programa dele, veio casa para Campo Grande.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Aquele programa, o que era? Verde e Amarelo, casa não sei o quê. Ah, aquilo foi uma piada, deputado Lidio.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não. Mas veio. Então não diga que não veio.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Mas eu queria ver a prefeita Adriane Lopes ir para imprensa, fazer um videozinho e dizer: "Campo Grande é a primeira capital do Brasil a receber casas do Programa Minha Casa, Minha Vida. Obrigado, presidente Lula, por olhar para a nossa capital". Nossa cidade, que tem um déficit habitacional grande. Mas ela quer o apoio do Bolsonaro, que não terminou as dez, onze creches que estão em construção aqui em Campo Grande. O Bolsonaro não terminou! As obras ficaram paralisadas por quatro anos. Mas ela quer o apoio do Bolsonaro. E não faz um vídeo agradecendo ao governo do presidente Lula, que trouxe de volta o Minha Casa, Minha Vida, o Farmácia Popular, o Bolsa Família e agora a vacina contra a dengue. Então, minha gente, vamos agir com honestidade. Não gosta do Lula? Tudo bem. Ninguém precisa gostar dele; mas precisa ser sincero. Agora nós temos um presidente que tem programa de governo, que tem políticas sociais. Então, eu só quero isso, deputado Lidio Lopes. E eu não estou querendo criticar, ofender ninguém. Eu só quero que a prefeita diga: "O presidente Lula está olhando para Campo Grande; setecentas casas serão construídas." Então, vamos falar. Por que não falar? Fica aqui explicado por que 73% da população não consegue citar um programa do governo Lula que esteja mudando a sua vida. Prefeitos e governadores se apropriam dos programas,

e fica como se os programas fossem deles. Concedo um aparte ao meu amigo Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Deputado Pedro Kemp, os prefeitos buscam recursos, e a primeira porta de entrada dos prefeitos é o governo do estado. O governo Eduardo Riedel foi a Brasília, numa articulação muito forte, conseguiu trazer o projeto para Mato Grosso do Sul, e designou que sejam construídas sessenta moradias; aliás, oitenta moradias em Campo Grande. O governo convidou a prefeita para ir assinar o termo. Então, ela foi convidada, foi lá, assinou o termo com o governador, e agradeceu a ele por trazer o programa para Campo Grande. Se o governo federal foi inoperante nesta transmissão de dados para poder fazer e vir participar, a prefeita não tem culpa. Agora, você não pode requerer isso nem de mim nem da Adriane. Eu sempre fui um árduo confrontador, fiz grandes debates com Vossa Excelência aqui sobre o governo do Lula, sobre o governo da Dilma. O senhor não pode esperar que a gente mude de postura de uma hora para a outra. Nós buscamos o apoio do ex-presidente Bolsonaro porque somos bolsonaristas, porque o apoiamos e porque pedimos votos para ele. Eu fiz campanha, fui 100% Bolsonaro. É óbvio que nós vamos pedir apoio para aquele que apoiamos. Não há como nós pedirmos o apoio do governo Lula, sendo que não o apoiamos. Política é isto. Eu sou leal ao que defendo, e a Adriane, também. Como a Adriane foi candidata e depois apoiou o Eduardo Riedel no segundo turno, e como o governador Eduardo Riedel foi ao governo federal e trouxe essas moradias para Campo Grande, ela foi lá assinar o termo e agradeceu ao governador. Agora, acho que, não se fazer presente, foi inoperância do governo federal. Muito obrigado pela oportunidade.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Inoperância do governo federal? O governo federal foi muito operante, não inoperante, porque ele garantiu o programa. Agora, não reconhecer que essas casas vêm para Campo Grande por conta da ação do governo federal, que trouxe de volta o Programa Minha Casa, Minha Vida, é complicado. Tudo bem, vocês não gostam do Lula, e têm o direito de não gostar dele; vocês gostam do Bolsonaro. E eu lhes pergunto: o que o Bolsonaro trouxe para Campo Grande em quatro anos? É isso que eu quero saber. Acho que, na campanha eleitoral, vocês têm de dizer: "Olhe, nós somos bolsonaristas, mesmo que ele não fez nada por Campo Grande em quatro anos, não fez nada. Agora, vocês podem continuar sendo bolsonaristas; vocês gostam do Bolsonaro. Mas que ele não fez nada por Campo Grande, não fez. O Lula está fazendo? Olha, o Lula já foi 'prefeito de Campo Grande' várias vezes; na época do Nelsinho, por exemplo. E o Nelsinho chamou a Dilma de fada madrinha, era uma beleza, porque havia programa de revitalização, de urbanização, de córregos, de avenidas; vias enormes, extensas foram abertas aqui nesta capital; casas foram construídas, enfim. Isto é governo. Vamos dizer a verdade. Isto é governo. Eu tenho orgulho de ser defensor deste governo. Não tenho vergonha de dizer. É o governo do presidente Lula, que é, hoje, uma liderança internacional.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Um aparte, deputado Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Com prazer, deputada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Quero colaborar com a sua fala. Todo o mundo sabe que é importante divulgarmos os programas, e não apenas isso. É

indiscutível que o governo Lula tem projetos para as pessoas, as pessoas percebem isso. Temos o Programa Minha Casa, Minha Vida. Agora temos o programa de incentivo aos alunos do ensino médio; temos o Fies, programa de financiamento do ensino superior. Agora os acadêmicos podem financiar 100% do valor do seu curso. E ainda temos o programa de cotas para pessoas negras, pardas, indígenas e também para os deficientes. Então, nós sabemos que o governo Lula pensa nas pessoas. E as obras do governo Lula também são feitas para as pessoas, pensando no bem-estar das pessoas. E eu quero aproveitar o momento para falar de algo que aconteceu em Dourados, e fazer uma denúncia também. Em Dourados, há uma obra sendo executada no parque Antenor Martins, uma obra que foi iniciada no dia 15 de janeiro de 2024, com previsão de conclusão para o dia 15 de julho de 2024, mas a logo que consta no outdoor é do governo passado. Ou seja, nós estamos implementando o recurso deste governo, estamos discutindo isso neste momento, mas estamos utilizando uma logo do governo anterior. Isto porque o prefeito sempre esteve com o governo anterior. Óbvio que nós vamos encaminhar a denúncia para o Ministério Público. A meu ver, o MP precisa opinar sobre isso. É sério o que está sendo colocado aqui. Mas eu quero dizer que precisamos reconhecer o trabalho do governo federal. Independentemente de gostarmos ou não da política apresentada, se o gestor está fazendo uso dela, tem de respeitar o governo Lula. O governo Lula tem feito um trabalho fundamental para as pessoas. Nós temos recebido muitos elogios por defender o governo Lula. Acho que é um erro a prefeitura, os prefeitos, os governadores negarem a importância política do governo do PT. O PT tem quarenta e quatro anos de existência, se sustenta por sua militância e constrói políticas para o povo. Obrigada pela concessão do aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputada Gleice Jane.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Um aparte, deputado? Dez segundos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Com satisfação.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Eu ouvi o discurso de Vossa Excelência, não o ouvi inteiro. Mas o senhor falou da pesquisa que diz que 73% da população não sabe de nenhuma ação do presidente Lula. Até aí tudo bem, o senhor fez seu discurso, defendeu sua ideologia, seu partido; mas aí o senhor volta com críticas ao presidente Bolsonaro. Isto é desnecessário. O senhor tem de mostrar as ações do seu partido. Setenta e três por cento da população não sabe o que o presidente Lula faz. Isso mostra o quê? Ou falta propaganda, ou falta ação, ou falta competência. Eu não vim criticar o PT, nem o presidente Lula, mas vim dizer o seguinte: mostre o trabalho do atual governo, em vez de criticar o governo anterior. Já passou. Se tudo der certo, o Bolsonaro vai voltar. Por quê? Porque o Lula vai colocá-lo de volta no poder, assim como a Dilma o colocou. Vamos esperar. Agora, mostre o trabalho do seu partido, do seu presidente, em vez de ficar criticando quem nem está mais no poder, que já está longe. E o povo sabia das ações do Bolsonaro, porque era competente. Apenas isso.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu lamento o fato de o senhor defender o Bolsonaro e o governo anterior. Eu lamento. Acho que, ao dizer que ele vai voltar, o senhor demonstra não gostar do Brasil. Não gosta. Um governo desastroso. O Bolsonaro está para ser preso, ele tentou dar um golpe de Estado. Ele é tão

incompetente que nem conseguiu dar um golpe de Estado. Não conseguiu porque é burro. Além de tudo, ele é burro. Ele fez uma reunião para dar um golpe de Estado, e a gravou. Veja a burrice do cara, meu Deus. Ele gravou a reunião, que agora servirá de prova para sua prisão. Então, na minha opinião, defender um homem desse tipo é vergonhoso. Agora, o meu presidente tem programa de governo. Vamos comparar o governo passado com o atual. E o atual tem só um ano, hein. A inflação caiu, o desemprego caiu, o salário mínimo aumentou; o governo trouxe os programas sociais de volta. Isso em apenas um ano. Vocês vão ver como estaremos daqui a três anos. Agora, eu quero dizer, deputado Lidio, à prefeita de Campo Grande, que gosta do Bolsonaro, que ela pode ir a Brasília também. Eu não sei por que ela não vai visitar o presidente Lula. Eu tenho certeza que ela será bem recebida. O presidente Lula não faz distinção de partidos políticos. Todos os prefeitos são bem recebidos nos ministérios, quando vão reivindicar recursos para os seus municípios. Então, nem a prefeita nem os prefeitos do interior precisam ficar com receio de ir a Brasília. Eles não precisam pedir para o governador Riedel fazer o meio de campo em Brasília. Aliás, o Riedel também apoiou o Bolsonaro. E o Lula está apoiando o governo do estado porque não faz distinção entre partidos, entre ideologias; ele governa para o povo. Agora, o deputado Neno disse que o povo não sabe dos programas, por falta de comunicação. Acho que, em parte, é por falta de comunicação. Aí eu convoco a deputada Gleice Jane a me ajudar. Nós vamos divulgar mais as ações do governo, já que os outros as escondem, já que os prefeitos e os governadores se apropriam das ações do governo. Agora nós vamos dizer: é do governo Lula. Tem de assumir, e tem de sentir vergonha de apoiar Bolsonaro, que não fez nada, que não tinha programa de governo. Uma vergonha de governo, uma vergonha internacional. Mas, se vocês querem defender o indefensável, defendam. Nós do PT temos programa, temos políticas, e vamos anunciá-las. "Isso aqui é programa do governo Lula, isso aqui é programa do governo Lula, e aquele ali também é programa do governo Lula". Nós vamos falar. Outro fato que faz com que a população não saiba dos programas do governo são as fake news, que continuam a todo vapor, deputado Junior Mochi. Esta Casa não quis votar meu projeto das fake news, e o Congresso Nacional também não quis votar esta matéria. Ontem, eu recebi um vídeo feito por uma professora que deveria ser processada; eu não sei de que parte do Brasil ela é; mas, se eu a conhecesse, se eu soubesse da identidade dela, eu a processaria. Ela disse tanta mentira sobre a Conferência Nacional de Educação - Conae, que chega a ser criminosa. No vídeo, ela diz que o governo Lula está trazendo de volta a ideologia de gênero para as escolas; que quer ensinar não sei o quê; porque o aluno vai virar transexual; porque não sei o quê. Uma mentira atrás da outra. Como esse povo é hipócrita, como divulga mentira nas redes sociais, e as pessoas recebem o vídeo e acreditam. Pessoas da minha igreja passaram o vídeo escandalizadas. Outra coisa. "Governo Lula está implantando o comunismo no Brasil." Ah, pelo amor de Deus! Vão estudar mais!

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Mais um aparte, deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — O senhor fala sobre a educação, e eu também quero abordar, mais uma vez, esta pauta. Eu tenho ido às escolas e conversado

com os professores e com as professoras; e eles têm manifestado uma preocupação muito grande com relação a pautas que devem estar no processo da educação, como o incentivo ao respeito ao próximo, atividades que levem os adolescentes a identificarem violências sexuais, violências psicológicas. Então, fazer um debate sobre gênero na escola significa garantir que as pessoas aprendam a respeitar umas às outras. A gente tem ido a muitas escolas e conversado com as pessoas; e temos verificado que muita gente passou a ter medo de falar sobre o assunto, diante de tanta criminalização da educação, nessa ideologia aí colocada. Ideologia de gênero não existe; mas negar a existência de violência de gênero, é ideológico. Então, essa ideologia imposta às escolas, que proíbe o debate, que proíbe o diálogo, essa ideologia ditadora tem interferido e tem proibido as pessoas de falarem sobre violência, o que tem feito com que o número de casos aumente. Então, a gente viu, durante o ano passado todo, o debate sobre a violência. Isso acontece porque as pessoas já não falam mais sobre o assunto. E esse debate em torno de ideologia de gênero é tão absurdo que, em 2015, nós vimos orientações nacionais, nas câmaras de vereadores, para não se votar nada com a palavra 'gênero'. E a ausência de conhecimento sobre o termo, a falta de sabedoria quanto ao que se faz sobre o assunto, fez com que o termo 'gênero alimentício' fosse retirado de projetos. Porque as pessoas sequer sabiam o que estavam fazendo. Isso aconteceu em várias câmaras pelo país afora, inclusive aqui em Mato Grosso do Sul. Então, é necessário que a gente passe a fazer o debate com base em conhecimento. E a educação se faz com base em conhecimento. A Conae foi extremamente importante, fez debates riquíssimos; eu estava lá representando a Assembleia Legislativa, e vi que o debate era sério. Agora, nós precisamos, inclusive, fazer o debate entre nós colegas parlamentares sobre a importância de que as escolas sejam autorizadas a fazerem um debate sério sobre violência. Obrigada, deputado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, quero registrar que Vossa Excelência dispõe de dois minutos e meio.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Já vou encerrar, senhor presidente. Olhe, a pessoa confundir 'gênero' com 'gênero alimentício' é o fim da picada; é o fim da picada! Presidente Gerson Claro, Vossa Excelência, que é católico como eu, ouça o que aconteceu numa igreja. O senhor sabe que os padres, de acordo com o período litúrgico, usam aquela estola verde, ou branca, vermelha ou roxa. Agora nós estamos no período litúrgico da quaresma. Quem for a uma igreja verá que o padre estará usando uma estola roxa. Quando a igreja celebra um mártir, por exemplo, ou faz a festa do Espírito Santo, os padres usam a estola vermelha. Certo? O senhor acredita que um bolsonarista interrompeu uma missa e mandou o padre tirar a estola vermelha, dizendo que ele era comunista? Gente, nós regredimos quantos séculos? O nível de burrice, de ignorância das pessoas é assustador. Eu vi o vídeo. A pessoa disse: "Padre, tire essa estola vermelha, o senhor é comunista, petista." Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! A que ponto chegamos? Bom, para encerrar, quero dizer que nós do Partido dos Trabalhadores temos muito orgulho do nosso governo e vamos divulgar suas ações. Em Campo Grande, ao todo, serão construídas seiscentas e noventa e seis novas moradias. Essa etapa está direcionada à faixa I do programa, que é destinada a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, 2.640 reais. Campo Grande teve a aprovação de cinco empreendimentos habitacionais do FAR, entre eles a parceria entre o município e a Engepar, resultando em cento e noventa e duas unidades habitacionais no residencial

Jorge Amado. Os outros quatro empreendimentos, frutos da cooperação entre o município e o governo federal, do presidente Lula, inclui a construção de cento e sessenta e quatro unidades no Paulo Coelho Machado; cento e cinquenta no residencial Nova Bahia; no residencial Costa Verde mais mil e duzentas; e setenta no residencial Jardim Antártica. Então, nós temos de saudar a volta do governo Lula, que tem programa; e aqui em Campo Grande nós já estamos vendo resultados positivos, para enfrentarmos o déficit habitacional. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós ainda temos dez minutos. Conforme o livro de inscrição, com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência dispõe de 10 minutos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, demais colegas, todos que nos acompanham aqui e público que nos assiste pela TV Assembleia! Presidente, eu, o nosso querido Junior Mochi, a Gleice Jane, o Caravina e a Mara Caseiro somos os cinco integrantes da Comissão de Educação, e eu quero falar um pouco sobre a reunião da Comissão de Educação que fizemos ontem. Nós recebemos aqui o nosso querido amigo secretário de estado de Educação, Hélio Daher, um camarada que vem das bases, uma pessoa que tem uma sensibilidade peculiar, que sabe o que é educação, porque esteve lá trabalhando, principalmente na periferia aqui de Campo Grande. Educação é algo muito complexo, porque todos os problemas inerentes à vida das famílias acabam caindo dentro da educação, e quando não cai na área da saúde, cai na área da segurança, que é o ponto final. E nós vivemos um momento de inversão de valores muito grande na sociedade. Eu sempre me lembro da seguinte frase de Rui Barbosa: "Família é a célula mater da sociedade". Ou seja, se não há família, não há sociedade. E todos os problemas do século XXI, ainda mais agora potencializados pela mídia com as fake news, caem sobre as costas do professor, aquele que recebeu a missão tão nobre de libertar as pessoas da ignorância, de formar cidadania, de promover uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais desenvolvida. Sem educação, tecnologia e inovação, não há desenvolvimento. O deputado Junior Mochi convidou o secretário Hélio para vir a esta Casa, e na verdade ele já queria vir aqui desde o ano passado, para bater um papo conosco e para que, juntos, busquemos condições de minimizar problemas. Diante disso tudo, deputado Junior Mochi, eu não posso deixar de agradecer e de elogiar o governo do estado, na pessoa do secretário Hélio Daher. Eu estou no meu quinto mandato de deputado, e esta é a primeira vez que vejo um secretário desta pasta tão importante que é a Educação vir a esta Casa pedir que nós o ajudemos a colocar a educação deste estado no patamar que merece estar.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Um aparte?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu vou na mesma linha de Vossa Excelência. Desde que cheguei aqui na Assembleia, este é meu quarto mandato, esta foi a primeira vez que um secretário de estado disse: "Eu quero ir à Assembleia para

discutir com a Comissão de Educação; quero prestar de contas de 2023, do nosso primeiro ano de mandato, dos avanços, da proposta de execução da política educacional, dos investimentos e dos programas para 2024". Então, é preciso louvar a atitude do secretário de estado de Educação, em especial pela valorização aos parlamentares desta Casa, da Comissão de Educação. Nos momentos em que a comissão tiver de emitir um parecer, tenho certeza de que ela terá a mesma sensibilidade que ele teve para com todos nós. Como presidente da comissão, quero elogiar o pronunciamento de Vossa Excelência. Acho que é importante fazer este registro. Eu venho reforçar as palavras de Vossa Excelência.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado. Quero parabenizar Vossa Excelência e os colegas da Comissão de Educação pela reunião. A deputada Gleice Jane também nos apresentou bastantes apontamentos. Mas eu quero falar um pouco do secretário Hélio Daher e do governador Eduardo Riedel. O governo trata todas as questões com responsabilidade, é um governo que vem demonstrando a sua capacidade; fechou muito bem o ano de 2023, especialmente na educação, os números que são apresentados comprovam isto. O governador tem uma atenção especial para a educação. E o tema que estamos debatendo aqui hoje com certeza é um dos mais importantes para o governo. Eu digo isso porque tive a oportunidade de trabalhar com o Hélio, a equipe da Secretaria de Educação é muito preparada. Ontem, eu dei uma olhada em todos os apontamentos que o Hélio trouxe para nós sobre o que foi feito em 2023 e o planejamento para 2024. Praticamente todas as escolas estaduais estão passando por reforma, no mesmo ritmo de 2022 e 2023. Tudo está muito bem planejado. Portanto, é importante destacar o trabalho de toda a equipe da Secretaria de Educação, até para estimular os trabalhadores. Quero destacar a fala do deputado Junior Mochi com relação à participação desta Casa e da Comissão de Educação neste processo todo. Eu entrei agora na comissão, tive a oportunidade de participar da primeira reunião, mas quero solicitar que Vossa Excelência faça mais reuniões como a de ontem, visitas *in loco*, a fim de se aproximar da Secretaria de Educação. Todos nós sabemos da importância da educação. Este país só será grande e desenvolvido, de fato, quando investir na educação, quando a educação for sua prioridade. E o governador Eduardo Riedel tem a educação como prioridade. Bem, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar os vereadores de Bela Vista o Edinho e Jones; a minha amiga Sonia Ferreira, vereadora de Porto Murtinho; e os vereadores de Anaurilândia Celsinho, Danilo, Rafael, Anderson Umada. Nós ficamos felizes quando os parlamentares municipais vêm a esta Casa. Continuem vindo à Assembleia. Isto muito nos motiva. Obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sejam bem-vindos!

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Um aparte, deputado Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu quero parabenizá-lo pelo discurso e pela reunião com o secretário de Educação. Quero destacar a importância deste debate, de nós trazermos aqui o secretário, que tem um olhar sensível para a educação e que respeita esta Casa. Ele demonstrou isto ao trazer todos os projetos que foram iniciados ano passado e os que estão sendo propostos para este ano. Então, ele tem um olhar cuidadoso e responsável para a educação. Quero parabenizar também o secretário Hélio Daher, que também tem um olhar especial para a educação e que está aberto ao diálogo. Ontem, nós tratamos de vários assuntos, das escolas particulares, da educação indígena, da educação especial, enfim. Nós abordamos vários temas importantes. E foi bom que nós pudemos tirar dúvidas e também dar nossa opinião sobre determinados projetos e programas. Acho que esta Casa tem de discutir mais. Se o governador continuar nos dando abertura, podemos ajudar na construção de uma educação cada dia melhor. Nós estamos abertos para continuar fazendo esse trabalho na Comissão de Educação. Obrigada.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu agradeço os aportes feitos pelos colegas deputados Mara Caseiro, Caravina e Junior Mochi e os incorporo ao meu pronunciamento. Eu já vou finalizar, mas, antes, quero dizer que o ano letivo começou ontem e o secretário falou sobre o tempo e a energia consumidos para que tudo esteja em ordem no primeiro dia letivo. São muitas coisas, kit escolar, alimentação, transporte, que é um problema sério que foi apontado ontem. Há também a questão das escolas rurais. Muitas vezes, é preciso andar quase cem quilômetros para pegar e levar os alunos para a escola rural. Essa situação é complexa. Mas nós ficamos felizes em saber que temos na Secretaria de Educação alguém com esse preparo e com essa sensibilidade. Tudo tem de passar pelo diálogo. E à medida que nos colocamos, com espírito altruísta, à disposição para ouvir os outros, as coisas vão avançando. Eu me lembro de uma frase do homem mais sábio, depois de Cristo, que pisou na Terra, o Salomão. Ele disse que na multidão de conselheiros há sabedoria e segurança. Quando uma pessoa vai falando, de forma intempestiva, ela vai criando uma série de problemas. Agora, quando uma pessoa ouve, ela aprende. Com educação e sensibilidade, é possível encontrar maneiras de resolver os problemas. Quando consultamos o Pisa, instituição que mede a educação em nosso planeta, verificamos que o Brasil, que é uma das maiores economias do mundo, no quesito educação, aparece em quinquagésimo terceiro lugar em alguma área. Em Matemática, o Brasil aparece em sexagésimo primeiro lugar. Apesar dos avanços que tivemos, apesar de os professores concursados, com quarenta horas, estarem com o maior salário do Brasil, na categoria, claro, quase 12 mil reais, longe do segundo colocado, o Pará, onde o professor concursado, com quarenta horas, recebe 8 mil reais; e apesar da lei que aprovamos aqui, lei de iniciativa de Vossa Excelência, o "MS Alfabetiza", que premia as trinta escolas com melhor índice no aprendizado. O prêmio serve para incentivar os alunos a continuarem estudando. Apesar de todos os avanços, nosso estado ainda está muito longe de alcançar aquilo com que sonhamos. Não é possível que um país tão rico como o nosso, privilegiado geograficamente e por suas riquezas naturais, estar em quinquagésimo segundo lugar no Ranking Mundial da Qualidade da Educação. Mato Grosso do Sul, com a sensibilidade do governador Eduardo Riedel e com a equipe da Secretaria de Educação, liderada pelo secretário Hélio Daher, é uma referência. Meu



sonho é que todos os professores alcancem a equiparação salarial. Aliás, este é um compromisso do governador Eduardo Riedel. E nós já chegamos a mais de 60%. Nosso sonho é que todos os professores, independentemente de serem concursados ou não, ganhem salários iguais, isonômicos. E nós acreditamos que isso acontecerá. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do vice-prefeito de Antônio João, Pastor Eliseu; do vereador Gilberto Fernandes, também do município de Antônio João; da senhora Sônia Maria Ferreira, vereadora do município de Porto Murtinho; do senhor Celso Alves dos Santos, vereador de Anaurilândia; do vereador Luiz Ediel, do município de Bela Vista; Jones Remar Denis, presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista; do senhor Anderson Amada, vereador do município de Anaurilândia; do senhor Gilberto Fernandes dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Antônio João; do senhor Eliseu Fernando dos Santos, vice-prefeito, já anunciado; do senhor Danilo Alves Bastos, vereador do município de Anaurilândia; e do senhor Rafael Gusmão, vereador também do município de Anaurilândia; do senhor Gilson Francisco, vereador do município de Taquarussu; do senhor Caio dos Santos, vereador do município de Taquarussu; do senhor Adriano Lima, vereador do município de Japorã; do senhor Paulo Aparecido, vereador do município de Japorã; do senhor José Odorico Oliveira, vereador do município de Rio Verde; do senhor Vinicius Meira, vereador do município de Japorã; e do senhor Alexandre Vasconcelos, vereador no município de Corumbá. É uma satisfação recebê-los nesta Casa. É importante a visita das lideranças políticas do interior do nosso estado que fazem a diferença na vida das pessoas. Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Temos vinte e um deputados presentes. Logo, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Projeto de Resolução nº 001/2024. Autor: deputado Paulo Corrêa. Coautores: deputados Gerson Claro e Pedro Kemp. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 001/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa e coautoria dos deputados Gerson Claro e Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao cardeal Ángel Fernández Artime. Vai ao Expediente.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero agradecer aos colegas e aos coautores pela aprovação deste projeto. O cardeal Ángel é o último cardeal agora eleito em Roma, é o décimo sucessor do Dom Bosco, da UCDB. Ele estará aqui no próximo dia 7. Portanto, solicito a Vossa Excelência que reserve um tempo no fim da sessão, para que possamos entregar o título a ele. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 158/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.842, de 24 de março de 2022, que estabelece diretrizes para o atendimento multiprofissional para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Para discutir, o autor, deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Este projeto, na verdade, acrescenta dispositivos à Lei nº 5.842, a fim de garantir aos alunos com autismo das escolas estaduais um direito que já assiste os das escolas municipais, que é o acompanhamento na realização de exames, de forma contínua e periódica, para garantir maior eficácia no diagnóstico dos pacientes. E quando forem detectados os sintomas que caracterizam o Transtorno do Espectro Autista em algum aluno, que ele seja encaminhado para tratamento. Esta lei oferecerá muitos benefícios às crianças das escolas públicas estaduais. Portanto, peço o voto favorável dos colegas. Obrigado, senhor presidente .

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Para discutir, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Presidente, quero parabenizar mais uma vez o nosso colega de Parlamento, deputado Neno Razuk, que também integra a bancada de Dourados nesta Casa de Leis, e falar da importância deste projeto. Isso realmente já consta na legislação; mas agora constará de forma mais abrangente e mais inclusiva. Não há como falar de política pública de inclusão das pessoas com deficiência, se a lei não é efetivada, se ela existe apenas no papel. Este projeto de lei é fundamental. Todos sabem que eu também tenho um filho autista, e a gente recebeu o diagnóstico tardiamente. Mas, se a criança tiver um acompanhamento como esse nas escolas, quando ela ainda estiver se desenvolvendo, as chances de ela se tornar mais independente são muito maiores. Então, parabéns pela sua sensibilidade, deputado Neno Razuk. Sei que Vossa Excelência também enfrenta essa situação no dia a dia. A gente sabe que os autistas enfrentam tantas dificuldades, preconceitos, enfim. Mas esta proposta vem para abraçá-los e dizer que eles têm alguém que pensa neles e faz por eles. Parabéns pelo projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero parabenizar o colega deputado Neno Razuk e dizer para ele que vou votar favorável, apesar das nossas diferenças ideológicas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta é uma Casa de consenso. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Quero parabenizar o deputado Neno Razuk pela luta por esta causa tão importante e nobre. Nós acompanhamos várias famílias nessa trajetória, nessa luta; e toda ajuda, todo projeto nesse sentido é muito importante. Voto sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Presidente, quero ressaltar a importância do projeto e parabenizar o deputado proponente, deputado Neno Razuk. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, esta Casa é composta por deputados que atuam em diferentes setores da sociedade, que empunham diferentes bandeiras, independentemente da corrente ideológica a que pertencem. E o deputado Neno Razuk apresenta este projeto que trata de uma causa pela qual ele vem trabalhando bastante aqui nesta Casa: a batalha que muitas crianças acabam tendo de travar juntamente com suas famílias, a fim de que possam vencer a discriminação com que muitas pessoas na sociedade as tratam. Então, deputado Neno Razuk, parabéns pelo seu projeto! Ninguém melhor do que o senhor para tratar deste assunto aqui na Assembleia Legislativa. O senhor acompanha muito de perto esta questão do autismo. Eu fico muito feliz de termos aqui um colega trabalhando por esta causa que, a meu ver, envolve todos os deputados desta Casa. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação o projeto.



Projeto de Lei nº 158/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu também quero, nome da Casa, destacar a atuação do deputado Neno Razuk. Ao longo do tempo, ele já apresentou vários projetos em defesa desta causa; muito nos orgulha acompanhá-lo. Pode contar sempre com a administração da Casa, deputado. Registramos e agradecemos a presença do vereador Edinaldo Gregório, do município de Bonito; do senhor Edmilson Lucas, o Toquinho, também do município de Bonito; do vereador Cascatinha, do vereador Juarez, dos demais vereadores. A ficha com os nomes está chegando aqui. Daqui a pouco nós faremos os agradecimentos aos senhores. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 364/2023. Autor: deputado João César Mattogrosso. Coautores: deputados Jamilson Name, Marcio Fernandes e outros. "Altera a Lei nº 5.321, de 10 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e da industrialização da espécie salminus risiliensis ou salminus maxillosus – o dourado." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Para discutir, o deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, esse projeto foi muito discutido nesta Casa, e naquele momento, quando ele foi aprovado, o então presidente deputado Junior Mochi teve que emitir seu voto de minerva, porque houve empate. Este assunto é muito complexo, e carece de estudos. E o que foi muito discutido, à época, é que o dourado é predador, portanto, ele devora os peixes da cadeia produtiva. E o governo do estado ficou de nos apresentar estudos técnicos para avaliar se o dourado estaria mesmo fazendo a predação das outras espécies. Eu, o deputado Caravina e o deputado Hashioka sempre praticamos a pesca, participamos de vários grupos de pesca. E eu tenho recebido várias mensagens de pescadores dizendo que a população de dourado tem aumentado muito na bacia do rio Paraná, e assim vai acabar com os demais peixes. E na bacia do rio Paraguai há muitos ribeirinhos que sobrevivem da pesca, e eles também têm discutido isso, porque lá tem muito dourado. A vereadora Donizete, de Porto Murtinho, sabe bem do que estou falando. Então, o que eu proponho aqui? Nós precisamos da luz da ciência, precisamos de pesquisas. Nós ficamos discutindo o que estamos vendo por aí. Mas é isso mesmo? O que de fato está acontecendo? E, nesse sentido, eu gostaria de colocar uma emenda neste projeto. Nós sabemos que o prazo para emendas será aberto agora, após esta votação, para depois ser votado o mérito. Quero pedir o apoio dos colegas, para que sejam aprovados mais seis meses de pesca fechada. E, durante este tempo, a gente vê a questão da apresentação dos estudos que ficaram de ser apresentados lá atrás. Precisamos tomar decisões à luz da ciência, e não pautados em suposições. Nós mesmos temos visto, presencialmente, a ocorrência do aumento da população de dourado nas bacias dos rios Paraná e Paraguai. Diante disso, apresento esta emenda. Semana que vem será aberta a temporada de pesca. Por isso a nossa preocupação com a questão do tempo, senhor

presidente. Nós estamos apresentando a emenda hoje, depois ela tem de voltar para a CCJR; precisará ser feito um acordo de lideranças, para que possamos aprovar mais seis meses de proibição da pesca do dourado. Começando a proibição agora, no final do ano se completará o prazo de seis meses. E assim a equipe técnica do governo poderá nos apresentar um estudo, para que possamos avaliar com segurança esta situação. Era o que eu tinha, senhor presidente.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Acho que o deputado Renato Câmara não estava aqui no início da Sessão, quando eu li o ofício da Associação dos Pescadores Profissionais do Porto Caiuá. Mas, ontem, eu estava conversando com os deputados Lidio Lopes e Caravina e também com o André Borges, do Imasul, sobre a necessidade de colocarmos no projeto um dispositivo que obrigue o governo do estado a apresentar um estudo técnico sobre esta questão. Como Vossa Excelência disse, os próprios pescadores têm relatado a existência de excesso de dourado nos rios. O dourado é predador. Nós temos de ouvir os pescadores. Eu, inclusive, estou à frente da Frente Parlamentar da Pesca. E nós temos ouvido os pescadores profissionais, inclusive tivemos uma reunião com o governador. E o deputado Caravina também ficou de apresentar uma emenda. Mas a intenção é que seja estabelecido um prazo de um ano, para que o governo faça o estudo técnico. O André Borges disse que isso demanda tempo. Mas eu acho que precisa constar nesta lei um dispositivo que o governo a apresentar o estudo. Esta é uma demanda dos pescadores profissionais. Outra coisa que o senhor disse e que, a meu ver, tem de ser levada em conta é a questão das características das bacias dos rios Paraná e Paraguai. Os rios têm suas diferenças. Isso também precisa ser estudado e levado em consideração. A gente também já vem conversando com o governo sobre tudo isso. Obrigada.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, quando esse projeto, polêmico, chegou aqui, há 5 anos, foi feita uma grande discussão, com a presença de vários pescadores, inclusive. Havia uma grande ausência de peixes nos rios de Mato Grosso do Sul. A rede turística reclamava dizendo que o turista estava deixando de vir para o estado por conta da falta de peixe nos rios. E os pescadores diziam que não podiam ficar sem peixe, porque vivem da pesca. Hoje, a cadeia produtiva está maior, isso fomentou o turismo, foi muito válido. Mas eu acho que o dourado tende a procurar os forrageiros que fazem parte do seu cardápio. Mas é importante que o prazo de proibição da pesca do dourado seja estendido, para que seja feita uma discussão mais aprofundada, com dados técnicos, a fim de atender tanto os pescadores quanto a rede do turismo. O turismo tem de ser fomentado, Mato Grosso do Sul precisa continuar atrativo do ponto de vista do turismo. Durante um bom tempo, muita gente saía de Mato

Grosso do Sul e ia pescar no Amazonas, no Paraguai, na Argentina, enfim, porque aqui não havia mais dourado. Agora, os dourados estão voltando para os nossos rios, mas eles ainda não atingiram o tamanho ideal, exigido por lei. Acho que um ano é um bom tempo para que o governo realize os estudos técnicos e para que esta Casa possa discutir a questão com mais tranquilidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu estou aqui ouvindo todo o debate em torno desta pauta, e agora o deputado Lidio Lopes traz outro elemento envolvido nesta questão, o turista. E ouvi também os pescadores que estiveram aqui, há alguns dias, falando sobre esta pauta. Hoje a gente recebeu aqui argumentações trazidas pelos pescadores sobre o desequilíbrio da fauna aquática. Diante de tudo o que está sendo exposto aqui, não estou segura hoje para votar este projeto, considerando, sobretudo, que eu não sei se é constitucional um projeto que pode causar um desequilíbrio na fauna aquática. Portanto, eu peço vista do projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Enquanto isso, eu decido sobre o pedido de vista da deputada Gleice Jane. Para discutir, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu não quero repetir o que os outros colegas já disseram aqui; mas ocorre que, ontem, eu levantei essa questão na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. E, a meu ver, não há inconstitucionalidade em se prorrogar o prazo. Entretanto, eu disse que, no mérito, nós precisaremos ter em mãos um estudo técnico que nos dê a garantia de que a prorrogação desta lei gerará benefícios ambientais para os rios do nosso estado. A deputada Gleice Jane colocou muito bem a questão do desequilíbrio na fauna aquática. Se fosse fácil repovoar um rio, bastaria pegar milhões de alevinos e soltá-los no rio. Isso não vai acontecer. Bom, mas essa é uma questão de mérito. Acho que a proposta do deputado Renato Câmara é viável, precisamos de embasamento técnico. Nós temos que nos valer da ciência, realmente, da pesquisa, para que possamos tomar uma decisão acertada, e não uma que afete o meio ambiente e a fauna aquática. É só, senhor presidente.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Apenas para fazer uma complementação. A deputada Mara Caseiro já falou sobre a questão da constitucionalidade; a matéria já foi debatida na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e foi aprovada. A lei anterior, de 2019, que expirou agora, não foi questionada. E já existem julgados do STF. Então, agora, é questão de mérito. Com todo respeito à deputada Gleice, mas não é suficiente pedir vista, a questão não será resolvida em quinze dias. Eu entrei em contato com Imasul, inclusive marquei uma agenda com o André; mas já conversei com ele, e ele entende também que é interessante que se faça um estudo, como já foi dito pelo deputado Junior Mochi. O estudo técnico nos dará mais subsídios para votarmos o mérito. Acho razoável a proposta do deputado Renato Câmara no sentido de estendermos o período de proibição da pesca do pintado por mais seis meses. Aí, nesse período, o Imasul pode apresentar um estudo sobre o dourado ser predador, sobre as bacias, sobre o resultado obtido com a proibição de cinco anos, enfim. Então, seria muito mais adequado a gente votar a constitucionalidade, colocar, e dar o prazo para que a Imasul apresente o estudo. E dentro desse tempo de seis meses, nós discutimos aqui e depois tomamos a melhor decisão.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, na minha carreira profissional, fui comandante da Polícia Militar, e na corporação há um grande entendimento no sentido de que a conservação do meio ambiente passa pela preservação das espécies também. Neste caso em pauta, a gente está falando da fauna aquática. Eu julgo oportuna a emenda apresentada pelo deputado Renato Câmara, até porque esta Casa decide o futuro de Mato Grosso do Sul. Eu também sou contra o pedido de vista da deputada, porque nós temos que olhar agora para o aspecto técnico da situação. Quando esse projeto chegar à Comissão de Meio Ambiente, eu tenho absoluta convicção de que uma das providências a serem tomadas pelo presidente da comissão, deputado Renato Câmara, será pedir o apoio técnico da Embrapa, instituição que mais entende do assunto. E esta Casa, de posse da orientação técnica, certamente votará de acordo com o que o povo do nosso estado espera. A matéria em pauta é importante e deve ser balizada pela nossa Comissão de Meio Ambiente. Mas nada nos impede de votar a constitucionalidade e dar seguimento à tramitação do projeto. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada Gleice Jane, Vossa Excelência dispõe, conforme o Regimento, do direito de pedir vista, já que o projeto tem um pedido de acordo de liderança; mas esse acordo de liderança não está feito. Há um consenso na Casa com relação ao mérito do projeto. Se o dourado é predador, se está acabando ou não, tamanho, onde pescar, isto é mérito. O que estamos votando hoje é a constitucionalidade. Então, esta presidência vai atender sua solicitação de vista do projeto, é um direito que lhe assiste. Mas, eu peço que a senhora nos permita votar a constitucionalidade, e no mérito Vossa Excelência pode tanto pedir vista, quanto apresentar emenda. Hoje nós não estamos votando o mérito.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, o meu questionamento se deve ao fato de todos aqui terem dito que não há parecer técnico sobre a matéria...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mas é com relação ao mérito.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim. Mas, segundo o que já foi colocado, pode haver um desequilíbrio ambiental. Então, o meu questionamento é sobre a possibilidade de haver um desequilíbrio ambiental. Eu não estou segura de votar hoje um projeto que pode causar desequilíbrio ambiental. Então, a minha dúvida é realmente com relação à constitucionalidade.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A questão que a senhora coloca é pertinente; mas no entendimento da Casa, no entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, é uma questão de mérito. Há um consenso. Todos os deputados concordam com a senhora, mas na questão de mérito. Na questão da constitucionalidade, todos os deputados entendem que o projeto já passou pela CCJR e já foi votado pelos deputados, e não houve nenhum questionamento, inclusive há decisão do STF. Se ele é predador, se ele está prejudicando o ambiente, é uma questão de mérito. Vossa Excelência poderá apresentar emendas, pedir vista, mas no mérito. Então, a solicitação da Casa é que a senhora aguarde e peça vista mérito; ou que apresente seu pedido na Comissão de Meio Ambiente, juntamente com o deputado Renato Câmara, na questão de mérito. Vossa Excelência mantém seu pedido de vista, ou podemos votar a constitucionalidade?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, apesar de haver discordância com relação ao projeto, uns defendem a liberação; outros, um estudo técnico, hoje nós não estamos votando a liberação ou a proibição da pesca do dourado, e sim a constitucionalidade da matéria. Lá na frente, na outra votação, a gente vai votar se libera ou não a pesca do dourado. Agora é constitucionalidade. Simplesmente isso. E também não vejo a necessidade de vista, porque o projeto é constitucional. Lá na frente eu vou votar contrário ao projeto, mas hoje eu voto favorável, porque ele é constitucional. Só para seguir o Regimento. Era o que eu tinha, senhor presidente.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Rapidamente, só para colaborar com o deputado Neno Razuk e com a deputada Gleice Jane. Eu entendo a colocação

da deputada. Mas quero reforçar, para que não paire nenhuma dúvida e para que a gente não sofra retaliações, como ocorreu ano passado, no projeto do deputado Pedro Kemp. A primeira votação é tão somente a constitucionalidade; o mérito é na segunda votação. Então, hoje é a constitucionalidade do projeto de lei, que, inclusive, já passou pelo crivo da CCJR, e não há óbice algum em votá-lo hoje. Esse tempo de prorrogação da lei anterior servirá para o Executivo apresentar o estudo técnico, para que nós possamos apresentar novas emendas, assim como o deputado Renato Câmara apresentou hoje. Então, só para deixar claro, senão a gente sofre retaliações, principalmente nas redes sociais. "Ah! Votou contra isso; votou contra o meio ambiente, está contra os pescadores." Não, nós não estamos contra nada; nós estamos hoje aqui votando a constitucionalidade. Depois a gente vai discutir e votar o mérito, a materialidade do projeto. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu mantenho meu pedido de vista, porque ainda não temos segurança para votar a constitucionalidade.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência, então, pautada no artigo nº 213 do Regimento Interno, vai submeter o pedido ao Plenário. Segundo o Regimento, quando ocorre um questionamento, o pedido de vista pode ser submetido ao Plenário, e o Plenário decide se a gente concede vista ou se vota a constitucionalidade. Aliás, essa votação pode ser simbólica. Nós vamos votar se devemos conceder ou não vista do projeto à deputada. Os deputados que concordam que o projeto deve ser votado hoje, permaneçam como se encontram; os deputados que não concordam, manifestem-se. Nós já temos a manutenção da deputada Gleice. Dois... Mais algum? Está no Regimento Interno, deputado. Artigo 213. É um direito, se não houver questionamento. Se houver questionamento, pode ser votado, a maioria decide... Decidido. Três votos contrários. Portanto, está derrubado o pedido de vista. Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Passemos à votação da constitucionalidade do projeto. Item 3. Projeto de Lei nº 364...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, eu vou votar contrário ao projeto, levando em conta o formato em que ele se encontra. Eu sei que isso é na discussão de mérito; mas eu quero votar contrário para deixar claro que o projeto, do jeito que ele foi apresentado, não atende ao anseio de tantos pescadores que nos têm consultado; e à cadeia produtiva, que tem vários pontos de interrogação. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação... Para declarar seu voto, a deputada Gleice Jane.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu estou votando não à constitucionalidade, devido às dúvidas colocadas aqui. Eu entendo que há legislações federais, temos uma Constituição; a gente legisla também sobre o meio ambiente, enfim. Mas, diante da minha insegurança sobre a constitucionalidade, eu vou votar não. E observando o debate feito aqui, percebe-se que esse projeto é desnecessário neste momento. Então, como não é urgente, eu voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, para justificar meu voto. Quero deixar claro que estou votando aqui o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que foi pela constitucionalidade do projeto. O projeto não é inconstitucional. Mas eu quero discutir melhor o mérito do projeto. Então, sem prejuízo para discussão do mérito, eu voto favorável.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 364/2023, de autoria do deputado João César Mattogrosso e coautoria dos deputados Jamilson Name e Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Não.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Não.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Não.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quatorze votos favoráveis e seis votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão, já com o consenso... Inclusive, eu gostaria de assinar a proposta, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu gostaria de abrir aos demais colegas a oportunidade de assinar a emenda...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pode fazer a redação e colocar no grupo.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — ... E aí nós apresentamos uma emenda coletiva.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Em votação simbólica. Cinco requerimentos, dez indicações e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Pedro Pedrossian Neto, em razão do falecimento do senhor Afonso Celso Pastore. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovada. Vai ao Expediente. Registramos e agradecemos presença do senhor Diego Henrique de Campos, vereador do município de Itaporã; da senhora Regiane da Silva, vereadora do município de Itaporã; do senhor José Aldair dos Santos, o popular Cascatinha, vereador do município de Itaporã; do senhor Fábio Luiz da Silva, vereador de Dourados; do senhor Renê Sérgio, vereador de Jaraguari; do senhor Peterson Martins, vereador do município de Jaraguari; da senhora Gabriela Carneiro, vereadora do município de Nova Andradina; do senhor Genésio Boamorte, vereador do município de Iguatemi; do senhor Zanon Lamunier, vereador do município de Coxim; e do senhor Jefferson Aires, vereador do município de Coxim. Sentimo-nos honrados com a presença de Vossas Excelências nesta Casa. Agradeço, em nome dos deputados deste Parlamento, a visita dos senhores. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrições, com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não há mais deputados inscritos. Portanto, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h40min).